

**RELATE OU EXPLIQUE PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
COMPORTAMENTO E MOTIVOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS NOS ANOS DE 2017 E  
2018**

**SILVIA CRISTINA CAMPOS SATO**  
UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA**

# RELATE OU EXPLIQUE PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPORTAMENTO E MOTIVOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS NOS ANOS DE 2017 E 2018

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo de sociedade baseada em consumo, que busca a satisfação das necessidades de forma imediata, evidencia o paradoxo ambiental, de um lado tem-se a necessidade de crescimento econômico constante, e de outro, a escassez dos recursos naturais. Na década de 60, a ideia de incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e meio ambiente ganhava força na comunidade internacional, subsidiada pela produção científica contemporânea. O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” foi concebido décadas mais tarde, após inúmeras tratativas promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com governos, empresas e representantes da sociedade civil (ALMEIDA, 2002).

Em 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. O documento aponta 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e delineia um plano de ação a ser cumprido pela comunidade internacional nos próximos 15 (quinze) anos com o intuito de erradicar a pobreza e promover uma vida digna para todos, considerando os limites do planeta (ONU, 2015).

Em resposta às pressões da sociedade por uma atuação mais ética e responsável por parte das empresas, Campos *et al.* (2013) mencionam o surgimento de relatórios de divulgação voluntária, que evoluíram de acordo com as tendências de mercado e a consolidação das demandas ambientais. Dentre as muitas iniciativas, no Brasil, uma das ações desenvolvidas para promover práticas de evidenciação socioambiental é a iniciativa “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” realizada pela BM&FBovespa, atual [B]<sup>3</sup> entre os anos de 2012 e 2016 em parceria com a GRI (*Global Reporting Initiative*) em apoio ao IIRC (*Internacional Integrated Reporting Council*). Ao longo desse período, foram solicitadas e publicadas informações anuais acerca da evidenciação socioambiental das empresas.

De acordo com Morais *et al.* (2017), os estudos acerca da evidenciação socioambiental focam-se majoritariamente na relação entre indicadores de desempenho e divulgação voluntária e na reação do mercado ao *disclosure*. Dessa forma, observa-se que poucos estudos abordam a identificação e análise das barreiras à evidenciação socioambiental por parte das empresas (ROVER *et al.*, 2012). Explorando esta lacuna de pesquisa, Vasconcelos *et al.* (2016) analisaram as justificativas apresentadas pelas empresas que não publicaram Relatórios de Sustentabilidade ou Integrado, porém participaram da iniciativa “Relate ou Explique” entre 2012 e 2015.

Em 2016, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabeleceu campo exclusivo para informações socioambientais no seu Formulário de Referência, ficando a consulta a cargo do regulador. Em busca do contínuo desenvolvimento do mercado de capitais no país, a [B]<sup>3</sup> lançou a nova metodologia “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), solicitando informações relativas à consideração dos ODS na elaboração dos relatórios corporativos ([B]<sup>3</sup>, 2017). Com a mudança de enfoque da iniciativa, levanta-se a pergunta de pesquisa: “Quais os principais motivos que levam as companhias a não publicarem seus Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados, levando em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”

Em entrevista concedida em julho de 2019, a antropóloga e cientista política Iara Pietricovsky – membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e presidenta da articulação internacional Forus – considera a limitação de despesas com políticas sociais sancionada pelo atual governo um obstáculo à consecução da Agenda

2030 pelo Brasil, uma vez que depende de fortes políticas públicas integradas com o setor privado e os cidadãos. Diante do preocupante cenário, o presente trabalho tem como objetivos conhecer o comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique para os ODS” e os motivos apresentados por aquelas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas participaram da iniciativa nos anos de 2017 e 2018.

Mesmo direcionados primariamente a governos, a atuação das empresas é fator crucial para a consecução dos ODS. No documento “Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” realiza-se um apelo para que todas as empresas utilizem a sua criatividade e inovação na resolução de desafios relativos ao desenvolvimento sustentável (WBCSD, 2015). A relevância desta pesquisa se justifica pela importância de averiguar o conhecimento e o comprometimento das empresas listadas na [B]<sup>3</sup> com esta agenda, além de ampliar a compreensão dos fatores que influenciam a falta de evidenciação socioambiental e a consideração dos ODS na estratégia das empresas brasileiras.

Este artigo está organizado em cinco elementos, sendo o primeiro esta introdução, seguida pela fundamentação teórica, na qual será apresentando um breve histórico do desenvolvimento sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, será exposto um panorama da evidenciação socioambiental e do modelo GRI (*Global Reporting Initiative*) e evolução da iniciativa “Relate ou Explique”. Na sequência, será abordada a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos da pesquisa e a discussão dos resultados encontrados utilizando o estudo de Vasconcelos *et al.* (2016) como referência. Por fim, foram abordadas as conclusões da pesquisa e as propostas de estudos futuros

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Em 1972, foi publicado o relatório “Limites do Crescimento” pelos americanos Dennis e Donella Meadows com o patrocínio do Clube de Roma – grupo formado por cientistas, intelectuais e empresários sobre a questão ambiental global, que defendia que caso o ritmo de industrialização, exploração dos recursos naturais e poluição fosse mantido, em menos de cem anos seriam atingidos os limites de crescimento, ameaçando a sobrevivência da vida na Terra. Tal tese corroborava para o consenso de que os países ainda subdesenvolvidos à época, não poderiam buscar o seu desenvolvimento industrial e econômico da mesma forma que os países desenvolvidos em prol do meio ambiente (ALMEIDA, 2002).

O posicionamento preservacionista gerou conflito de interesses entre o bloco de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, uma vez que impunha restrições ao bem-estar das pessoas. Dessa forma, a ONU (Organização das Nações Unidas) realizou a Conferência de Estocolmo em 1972, dando origem à Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Este documento político estabeleceu que os países ainda subdesenvolvidos devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento a fim de garantir uma existência digna para seus povos, mantendo a necessidade de preservar e melhorar o meio-ambiente como prioridade. Em contrapartida, países desenvolvidos devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Neste período, a política ambiental centrava-se em instrumentos de regulação estatal sobre particulares, prevalecendo a noção compartimentalizada de crescimento econômico *versus* preservação ambiental.

Com o objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico e a questão ambiental, no ano de 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD) pela ONU, que teve como resultado a publicação do relatório oficial “Nosso Futuro Comum” no ano de 1987, abordando o conceito de Desenvolvimento Sustentável, definido

posteriormente como aquele que atende as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a ONU realizou a Rio-92, onde estabeleceu-se a Agenda 21, visando o desenvolvimento sustentável mundial e facilitando a participação de organizações não governamentais (ONGs) no cenário ambiental (ALMEIDA, 2002). De acordo com Gomes e Ferreira (2018), nota-se, desde então, um avanço epistemológico do conceito de desenvolvimento sustentável que para além da preocupação com o meio ambiente, abrange a promoção dos direitos sociais e a erradicação da pobreza extrema. Ou seja, para alcançar a sustentabilidade em seu caráter multidimensional, é preciso avançar nas dimensões social, ambiental, econômica, ética e jurídico-política de forma integrada pelo governo, setor privado e cidadãos.

No ano 2000, durante a Cúpula do Milênio, realizada pela ONU, 189 países e 23 organizações internacionais se comprometeram com 8 (oito) objetivos para a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis. Tal compromisso ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): a) Acabar com a fome e a miséria; b) Educação de qualidade para todos; c) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; d) Reduzir a mortalidade infantil; e) Melhorar a saúde das gestantes; f) Combater a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a malária e outras doenças; g) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; h) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (PNUD, 2015)

Durante a Rio+20 em 2015, 193 países adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e acordaram pela substituição dos ODM pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas integradas e indivisíveis para os próximos 15 (quinze) anos (ONU, 2015) (Quadro 1).

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
Objetivo 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015).

Os ODS foram concebidos a partir das bases dos ODM, propondo novos desafios e buscando dar continuidade ao trabalho inacabado. Ao transformar os objetivos em critérios mensuráveis que possam ser acompanhados anualmente em relatórios, retira-se parte da ambiguidade associada ao conceito de desenvolvimento sustentável (MARCO; MEZZARROBA, 2017). Além disso, as metas e indicadores associados foram concebidos para levar em conta os diferentes contextos, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada país, e ainda, respeitar a cultura, políticas e prioridades regionais (PNUD, 2015).

De acordo com Januzzi e Carlo (2017), que analisaram as perspectivas relacionadas a políticas públicas concernentes à transição da Agenda 21 para a Agenda 2030, no Brasil pós-2016, os desafios em relação aos ODS parecem muito grandes, seja pela perspectiva de descontinuidade de políticas públicas, seja na restauração da normalidade democrática de um governo progressista. É preciso reconhecer que a implantação dessa agenda no país está em estágios iniciais tanto na produção estatística quanto na proposição e avaliação de políticas públicas que visem os aspectos econômico, social e ambiental.

## 2.2 Evidenciação de Informação Socioambiental

Do ponto de vista informacional, de acordo com Rover *et al.* (2008), a divulgação de informações contábeis visa reduzir a assimetria de informação entre os usuários internos e externos à entidade, figurando as informações de caráter socioambiental dentro do escopo das informações corporativas. Em resposta às pressões da sociedade por uma atuação mais ética e responsável por parte das empresas, Campos *et al.* (2013) mencionam o surgimento de diferentes relatórios de divulgação voluntária desde a consolidação das demandas ambientais que têm evoluído de acordo com as tendências do mercado.

Apesar de existirem tentativas de normatizar a evidenciação socioambiental, como as propostas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do GRI, no Brasil não há obrigatoriedade na divulgação dessas informações (ROVER *et al.*, 2008). No entanto, mesmo sem exigência legal, muitas empresas divulgam informações socioambientais voluntariamente (MURCIA *et al.*, 2010). Nesse sentido, Feldmann (2009) afirma que empresas precisam compreender a sustentabilidade nos negócios como fator de sobrevivência e exercê-la com foco estratégico tanto no médio quanto no longo prazo.

A respeito da divulgação ambiental voluntária no Brasil, Rover *et al.* (2012) afirmam que não há uma única teoria para explicar a evidenciação das empresas, mas teorias complementares, entre as quais figuram: a teoria da agência, a teoria positiva da contabilidade, a teoria da divulgação e as teorias baseadas na economia política, como a teoria dos stakeholders e a teoria da legitimidade. Ao analisar o perfil das publicações científicas sobre Relatórios de Sustentabilidade no país Morais *et al.* (2017) afirmam que embora os estudos acerca da evidenciação socioambiental apresentem grande heterogeneidade, muitos focam-se na relação entre indicadores de desempenho e divulgação voluntária, restando uma diversidade de assuntos pertinentes à temática a serem explorados.

Com o intuito de identificar os fatores determinantes da divulgação voluntária ambiental pelas empresas brasileiras potencialmente poluidoras, Rover *et al.* (2012) apontam que poucos estudos abordam a identificação e análise das barreiras à evidenciação socioambiental por parte das empresas. Diante da lacuna de pesquisa, Vasconcelos *et al.* (2016) analisaram as justificativas apresentadas pelas empresas brasileiras que não publicaram Relatórios de Sustentabilidade ou Integrado, porém participaram da iniciativa “Relate ou Explique” entre os anos de 2012 e 2015. Neste estudo, demonstraram-se como principais fatores de influência: os custos, a falta de estrutura operacional e o volume de atividades da empresa.

Para Gray e Bebbington (2001), figuram como motivos para não evidenciação socioambiental voluntária: a) falta de incentivos; b) custo de levantamento e divulgação; c) indisponibilidade de dados; d) risco de divulgação de informações confidenciais à concorrência;

e) falta de demanda para a informação; f) ausência de exigência legal; e g) priorização da divulgação de outras informações. Já Perron (2005) classifica as barreiras à adoção de iniciativas socioambientais pelas empresas em quatro categorias: a) barreiras técnicas: ausência de tecnologias, experiências ou materiais; b) barreiras de recurso: escassez de recursos humanos ou financeiros; c) barreiras de informação: falta de conhecimento da legislação ambiental e do impacto ambiental causado pela empresa e d) barreiras perceptivas ou atitudinais: resistência a mudança, cultura organizacional.

Considerando um menor escopo, Oliveira e Ferreira (2018) analisaram os motivos para não evidenciação socioambiental das empresas listadas no Novo Mercado da [B]<sup>3</sup>, segmento de maior nível de governança corporativa e consequentemente alinhados a uma política de *disclosure* mais abrangente e transparente, no ano de 2015. Os motivos encontrados no levantamento dos dados e na teoria foram, a necessidade de aprimorar os processos internos, valores da organização, custos para relatar e questões relacionadas à legislação ambiental. Como achado da pesquisa, a ausência de políticas socioambientais foi a justificativa mais apontada pelas empresas, demonstrando que mesmo no segmento com o maior nível de governança da bolsa, revela-se necessário maior engajamento por parte das companhias.

Para Ricardo *et al.* (2017) são diversas as ações que uma organização pode optar para desempenhar o seu papel social, sendo uma delas a divulgação de informações sobre os seus impactos ambientais e sociais. Dentre os diversos modelos propostos para evidenciação socioambiental, uma das principais referências foi desenvolvida pela *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização sem fins lucrativos que visa assegurar a estes documentos a mesma qualidade de informação presente nos relatórios financeiros, bem como o reflexo das dimensões econômica, ambiental e social das entidades. Além de representar evolução na consolidação das informações, permite comparabilidade, por ser consolidado internacionalmente (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007).

De acordo com Travassos *et al.* (2014), o GRI se propõe a auxiliar as empresas na evidenciação do seu desempenho ambiental, social e econômico e emerge de um processo de evolução da contabilidade tradicional para um regime mais sofisticado que almeja a transparência sobre os impactos diretos e indiretos sobre os *stakeholders*. Ainda que as diretrizes do GRI tenham representado avanço, os Relatórios de Sustentabilidade nem sempre conseguem entregar informação útil e clara para as partes interessadas, uma vez que os relatórios sociais e ambientais são frequentemente independentes dos relatórios financeiros e divulgados em portais distintos como os *websites* de sustentabilidade das empresas.

No esforço de harmonizar os relatórios corporativos e acompanhando as tendências acerca do desenvolvimento sustentável, em 2010 foi formado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com a proposta de Relato Integrado. De acordo com o IIRC (2013), este relato comunica sobre como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas da organização levam a criação de valor considerando os capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e natural, promovendo o pensamento holístico nas organizações.

No que diz respeito aos indicadores de desempenho, as diretrizes do GRI abordam o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. A dimensão econômica se refere aos impactos da organização sobre os sistemas econômicos e os indicadores dessa dimensão demonstram o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os impactos econômicos da entidade sobre a sociedade como um todo. A dimensão ambiental se refere aos impactos sobre os sistemas naturais vivos e ecossistemas e seus indicadores demonstram desempenho relativo a insumos e produção, biodiversidade, conformidade ambiental, entre outros fatores relevantes. Já a dimensão social se refere aos impactos da entidade sobre os sistemas sociais em que opera e seus indicadores refletem questões trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (TRAVASSOS *et al.*, 2014).

O GRI, em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas e pelo WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*) publicou o *SCD Compass – Guia dos ODS para as Empresas*, documento com finalidade educacional que comunica diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. Essas organizações em parceria desenvolveram o portal *SDG Compass*, no qual estabelecem a correlação entre os ODS e as diretrizes de relato da GRI. O documento propõe um passo a passo desde a familiarização das empresas com os ODS, análise de impacto, estabelecimento de metas e indicadores de desempenho até a comunicação a respeito do avanço em relação ao desenvolvimento sustentável (Quadro 2).

Quadro 2 – Passos do Guia dos ODS para as Empresas

Passos	Descrição
1. Entendendo os ODS	As empresas são familiarizadas com os ODS
2. Definindo prioridades	As empresas são incentivadas a definir suas prioridades com base em uma avaliação do seu impacto positivo e negativo, atual e potencial nos ODS através de suas cadeias de valor
3. Estabelecendo metas	Mediante o alinhamento dos objetivos empresariais com os ODS, a gestão pode demonstrar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável
4. Integração	Integração da sustentabilidade no negócio principal e na governança e a incorporação das metas de desenvolvimento sustentável em todas as funções da empresa e engajamento em parcerias com fornecedores, empresas do seu setor, governos, organizações da sociedade civil, etc.
5. Relato e comunicação	Os ODS permitem que as empresas relatem informações a respeito do avanço em relação ao desenvolvimento sustentável através de indicadores comuns e prioridades compartilhadas

Fonte: Elaborado a partir do Guia dos ODS para as Empresas (WBCSD, 2015)

Enquanto os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram concebidos para maior atuação por parte dos governos, os ODS foram concebidos em um processo muito mais inclusivo, devendo ser compartilhados com os diversos atores da sustentabilidade. De acordo com o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, as empresas são vitais no alcance dos ODS e podem contribuir através de suas atividades principais, avaliando o impacto de sua atuação, estabelecendo metas ambiciosas e comunicando os seus resultados com transparência (WBCSD, 2015). O guia incentiva as empresas a incorporarem os ODS na sua estratégia, comunicação e na elaboração de relatórios que visam atender a todas as partes interessadas.

### 2.3 A iniciativa “Relate ou Explique”

No Brasil, uma das ações desenvolvidas para incentivar a evidenciação socioambiental foi a iniciativa “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Similar” realizada pela então BM&FBovespa, entre os anos de 2012 e 2014 em parceria com a GRI em apoio ao IIRC com início em dezembro de 2011. Anualmente as empresas foram solicitadas a responder sobre a divulgação dessas informações através de preenchimento de um item genérico (7.8: Outras informações relevantes de longo prazo) no Formulário de Referência e em caso negativo, era solicitada uma explicação. As empresas podiam ainda, não se manifestar ([B]<sup>3</sup>, 2016).

De acordo com o *website* da organizadora [B]<sup>3</sup>, o primeiro resultado foi compartilhado na Rio+20 em 2012, neste primeiro ano, 45,31% das empresas publicavam ou explicavam o motivo, já no ano seguinte este indicador passou para 66,29%, demonstrando crescimento significativo. Além da recomendação, ao longo desse período foram ofertados dois *workshops* por ano com o propósito de capacitar e auxiliar as empresas a considerar a sustentabilidade em sua estratégia empresarial.

No ano de 2014, em alinhamento as tendências internacionais de integração de informações financeiras e não financeiras nos relatórios corporativos, a iniciativa passou a se chamar “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” e mapear as

metodologias adotadas pelas empresas que evidenciavam informações socioambientais, bem como os motivos apresentados por aquelas que não o faziam.

Desde o primeiro ano de realização do “Relate ou Explique”, a organizadora divulgou no *website* da iniciativa as bases de dados com a compilação das respostas das empresas a partir dos Formulários de Referência, essas informações foram utilizadas como fonte para os estudos de Vasconcelos *et al.* (2016) que abrangeu o período entre 2012 e 2015 e de Oliveira e Ferreira (2018), em relação às empresas pertencentes ao segmento Novo Mercado no ano de 2015.

Em 2016, a CVM tornou o item 7.8 do Formulário de Referência exclusivo para informações socioambientais, sendo desnecessária a continuidade da consulta pela bolsa dentro dos mesmos moldes. Ainda no ano de 2016, a organizadora alterou a metodologia do “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”, passando a questionar as empresas não somente sobre a publicação de Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, mas sobre a divulgação de informações sociais e ambientais em geral, qual a metodologia adotada, em caso positivo e quais os motivos, em caso negativo. Além disso, foi o primeiro ano de realização de busca ativa pelos relatórios das empresas, que até então eram disponibilizados apenas via autodeclaração.

Por conta dos resultados positivos obtidos pela iniciativa anterior, em 2017 a [B]<sup>3</sup> lançou o “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, com metodologia similar à anterior, porém investigando se as empresas elaboram os seus Relatórios de Sustentabilidade ou Integrado levando em conta os ODS com o intuito de desenvolver e aperfeiçoar o mercado de capitais no país e incentivando boas práticas em alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ([B]<sup>3</sup>, 2018)

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

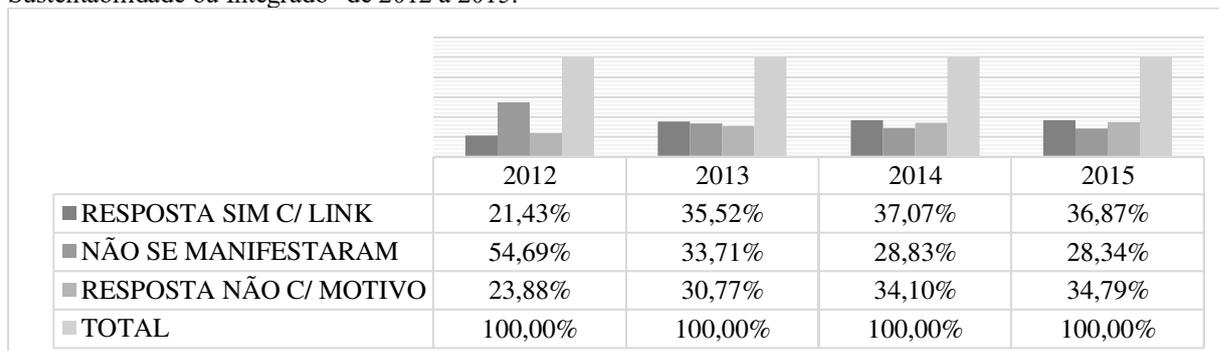
O presente trabalho se sustenta na pesquisa de Vasconcelos, Manzi e Pimentel (2016) e caracteriza-se em relação aos objetivos como uma pesquisa exploratória e descritiva utilizando a análise documental e de conteúdo das bases de dados e *press releases* da iniciativa “Relate ou Explique”, disponibilizados no *website* da organizadora.

Ao longo dos períodos, a própria metodologia adotada pela [B]<sup>3</sup> para o “Relate ou Explique” sofreu alterações, fazendo-se necessária a análise dos dados por etapas.

#### 3.1 “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” (2012 a 2015)

Com base nos estudos de Vasconcelos *et al.* (2016) elaborou-se o Gráfico 1 a partir dos dados apresentados, demonstrando as 3 (três) possíveis condutas em percentuais entre os anos de 2012 e 2015 para a pergunta “A empresa publica Relatório de Sustentabilidade ou Integrado?”

Gráfico 1 – Evolução do comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” de 2012 a 2015.



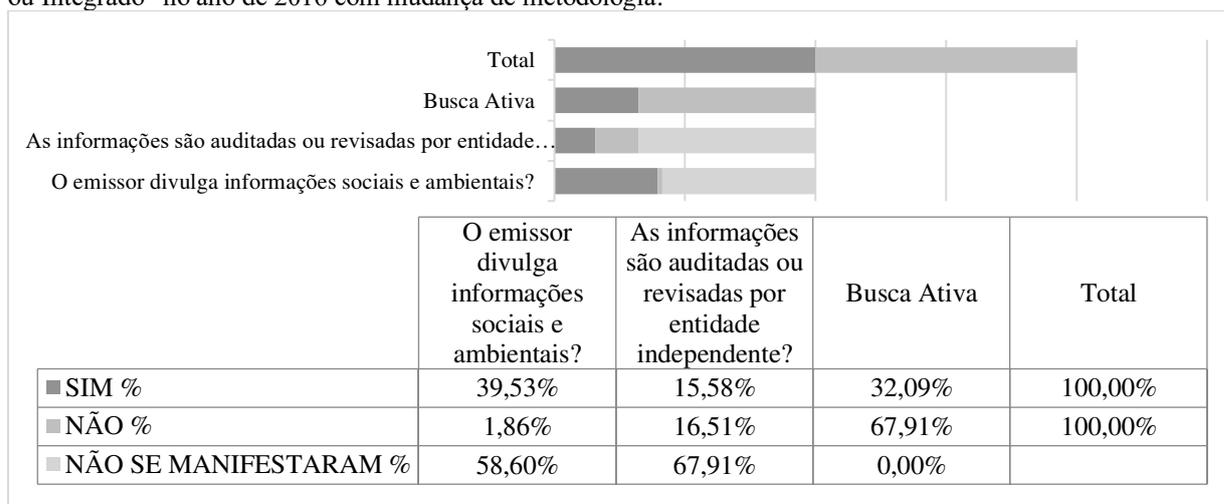
Fonte: Adaptado de Vasconcelos *et al.* (2016).

De 2012 a 2015, o percentual de empresas que responderam sim e disponibilizaram *link* para os seus Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados aumentou significativamente de 21,43% para 36,87%. Em relação ao percentual de empresas participantes da pesquisa, observa-se uma participação de 45,31% no ano de 2012, para 71,66% do total de empresas em 2015. Através da evolução do comportamento das empresas participantes, é possível afirmar que o “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” alcançou o objetivo de promover a adoção progressiva de práticas de evidenciação socioambiental voluntária entre os anos de 2012 e 2015.

### 3.2 “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” (2016)

No ano de 2016, a metodologia foi alterada. Nesta edição as empresas foram solicitadas a responder a três perguntas: a) O emissor divulga informações sociais e ambientais? b) Qual a metodologia seguida para divulgação dessas informações? E c) As informações são auditadas ou revisadas por entidade independente? Ainda, as empresas deveriam informar *link* para os seus relatórios. Além disso, a organizadora realizou e divulgou a busca ativa dos relatórios em coluna separada. Considerando a mudança de metodologia adotada no ano de 2016, esta figurou como transição entre a abordagem anterior e a “Relate ou Explique para os ODS” objeto da presente pesquisa. Para demonstrar o comportamento das empresas nesse período, elaborou-se o Gráfico 2 relatando o ano de 2016.

Gráfico 2 – Comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” no ano de 2016 com mudança de metodologia.



Fonte: Dados da pesquisa [B]<sup>3</sup>, (2016).

É possível observar que com a mudança de metodologia, obteve-se menor participação por parte das empresas. No ano de 2016 apenas 41,40% das 430 empresas participantes responderam à pesquisa, em relação a 71,66% em 2015, e apenas 1,86% das empresas apresentaram justificativas para não realizarem divulgação de informações sociais e ambientais.

Como ponto positivo, em 2016 a organizadora [B]<sup>3</sup> passou a realizar a busca ativa dos Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados, proporcionando maior transparência ao modelo e permitindo maior facilidade de acesso a estes documentos pelos *stakeholders*. Por este motivo, mesmo com a mudança de metodologia adotada na iniciativa foi possível incluir o ano de 2016 na análise da busca ativa apresentada nos resultados.

### 3.3 Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Para alcance dos objetivos de conhecer o comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique para os ODS” e os motivos apresentados por aquelas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em conta os ODS, mas participaram da pesquisa em 2017 e 2018, procedeu-se a coleta de dados e de análise documental e de conteúdo das bases de dados e *press releases* da iniciativa “Relate ou Explique para os ODS”.

No ano de 2017, o levantamento dos relatórios foi realizado somente via autodeclaração, porém a busca ativa dos Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados passou a ser realizada novamente partir de 2018 pela organizadora, uma vez que no cotidiano, percebeu-se maior correlação dos ODS nos relatórios corporativos do que o constatado através de questionário e como forma de trazer mais transparência para os *stakeholders* ([B]<sup>3</sup>, 2017).

Para construção de base comparativa entre os anos de 2017 e 2018, realizou-se a busca ativa dos Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados nos *websites* de Relação com Investidores de todas as 448 e 437 empresas listadas nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, no mês de julho de 2019. Dessa forma, no que se refere ao comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique para o ODS”, todas as empresas listadas na [B]<sup>3</sup> foram analisadas na presente pesquisa.

Em relação à análise das justificativas apresentadas pelas companhias, a amostra se restringe as empresas listadas na [B]<sup>3</sup> que não divulgaram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado considerado os ODS, mas informaram os motivos na referida pesquisa. Portanto, o estudo compreendeu a análise dos motivos apresentados por 88 (oitenta e oito) companhias no ano de 2017 e 54 (cinquenta e quatro) no ano de 2018 por meio do Formulário de Referência e que foram compiladas nas bases de dados divulgadas pela [B]<sup>3</sup> por meio do *website* pela iniciativa “Relate ou Explique para os ODS”.

Por meio do exame das respostas fornecidas pelas empresas, foi realizado o agrupamento em 16 (dezesesseis) motivos, considerando as classificações utilizadas tanto pela organizadora quanto por Vasconcelos *et al.* (2016).

Destaca-se como limitação de pesquisa, a mudança na metodologia da iniciativa “Relate ou Explique”, que compromete a comparabilidade dos motivos apresentados ao longo dos períodos, uma vez que as respostas das empresas se referem a diferentes perguntas realizadas pela organizadora a cada ano.

Embora seja possível acompanhar o comportamento das empresas perante a iniciativa “Relate ou Explique” desde o seu primeiro ano (2012), no que tange à consideração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a análise se restringe aos anos de 2017 e 2018 quando a pergunta passou a ser “A sua companhia elabora Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em conta os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)?”

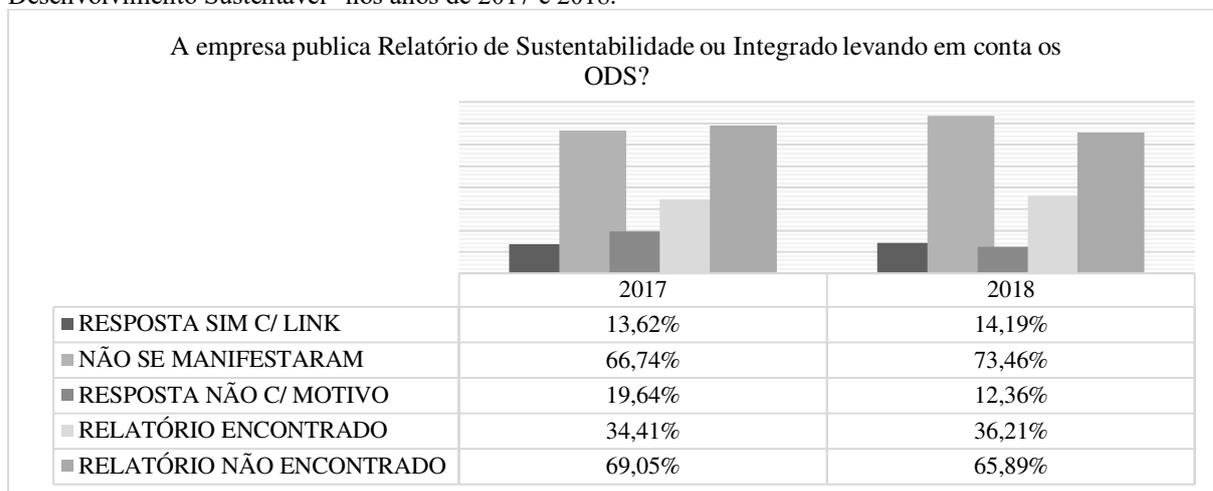
Ainda, dentre as limitações encontradas, algumas das respostas informadas pelas companhias não permitem maior conhecimento dos motivos para a falta de evidenciação socioambiental das empresas, bem como para a não consideração dos ODS na elaboração dos relatórios corporativos.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir de 2017, a [B]<sup>3</sup> lançou a iniciativa “Relate ou Explique para os ODS”, na qual questiona as empresas listadas se estão considerando os ODS na elaboração dos seus Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados. As empresas poderiam não se manifestar, responder positivamente com a divulgação do *link* para o relatório (autodeclaração) e negativamente, com exposição de motivo.

Para conhecer o comportamento das empresas em relação à pesquisa, elaborou-se o Gráfico 3 que demonstra as 3 (três) condutas possíveis em percentuais, bem como os resultados da busca ativa dos Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados nos anos de 2017 e 2018.

Gráfico 3 – Evolução do comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para responder à pergunta “A sua companhia elabora Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em conta os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)?” as empresas poderiam não se manifestar, responder “Sim” e divulgar o *link* para o relatório ou responder negativamente, expondo os motivos. No ano de 2017, apenas 13,62% (61 empresas) das empresas respondeu positivamente e forneceu o *link* para o relatório, já em 2018, observa-se um pequeno aumento percentual para 14,19% (62 empresas). No entanto, observa-se uma redução nas respostas negativas com exposição de motivos e um número maior de empresas que não se manifestaram, em 2017, 66,74% (299 empresas) não participaram da pesquisa, já em 2018 foram 73,46% (321 empresas).

Tabela 1 – Evolução da Busca Ativa dos Relatórios e Sustentabilidade ou Integrados de 2016 a 2018

Busca Ativa	2016		2017		2018	
	Número	%	Número	%	Número	%
Relatório Encontrado	138	32,09%	149	33,26%	155	35,47%
Relatório Não-encontrado	292	67,91%	299	66,74%	282	64,53%
Total	430	100,00%	448	100,00%	437	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A respeito dos Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados localizados via busca ativa, pode-se observar na Tabela 1, um aumento percentual em relação à metodologia anterior. No ano de 2016 foram encontrados os relatórios de 32,09% (138 empresas), já no “Relate ou Explique para os ODS” localizaram-se os relatórios de 34,41% (149 empresas) em 2017 e 36,21% (155 empresas) em 2018. Os dados parecem apontar que as empresas têm aderido à publicação de Relatório de Sustentabilidade ou Integrado a cada ano. É necessário salientar que os valores dos últimos dois períodos divergem daqueles divulgados pela [B]<sup>3</sup>, uma vez que a busca ativa foi realizada no mês de julho de 2019, data posterior à realizada pela organizadora.

Para conhecer os motivos apresentados pelas empresas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em consideração os ODS, elaborou-se a Tabela 2, na qual as respostas foram agrupadas em 16 motivos, sendo os últimos 5 (cinco) atinentes somente

à consideração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e propostos pela própria organizadora.

Tabela 2 – Motivos apresentados pelas empresas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado considerando os ODS, mas participaram da iniciativa “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” nos anos de 2017 e 2018

Motivos apresentados pelas empresas	Empresas que apresentaram motivos			
	2017		2018	
	Número	%	Número	%
1. Não divulga/ não possui / ou não elabora o relatório	1	1,14%	4	7,41%
2. Não está na prioridade da companhia nesse momento	16	18,18%	8	14,81%
3. Ainda não publicamos relatório	-	-	1	1,85%
4. Ainda não, mas pretendemos / estamos avaliando a possibilidade	36	40,91%	25	46,30%
5. Ainda não, mas já está em elaboração.	8	9,09%	2	3,70%
6. Natureza da Atividade ( <i>holding</i> , prestadora de serviço)	2	2,27%	1	1,85%
7. Momento da Empresa (privatização, retomada econômica, reestruturação)	5	5,68%	1	1,85%
8. O relatório é divulgado pela holding / controladora	1	1,14%	1	1,85%
9. Não publicamos por motivo de custos	10	11,36%	3	5,56%
10. Baixa atividade da empresa / Encerramento das atividades	1	1,14%	1	1,85%
11. Devido ao volume de atividades	-	-	1	1,85%
12. Não conhecemos os ODS	5	5,68%	1	1,85%
13. Sabemos o que são os ODS, mas não vemos valor de inclui-los em nosso relatório	-	-	2	3,70%
14. Elaboramos relatório de sustentabilidade, porém ainda não considerando os ODS.	1	1,14%	1	1,85%
15. Gostaríamos de nos inteirar mais sobre o ODS.	2	2,27%	-	-
16. Nosso relatório é baseado na metodologia da GRI que já leva em consideração os ODS	-	-	2	3,70%
<b>Total de empresas</b>	<b>88</b>	<b>100,00%</b>	<b>54</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em 2017, o motivo mais informado pelas empresas foi o de que ainda não publicam relatórios levando em conta os ODS, mas pretendem e/ou estão avaliando a possibilidade, com 40,91% (36 empresas) das companhias. Na sequência, 18,18% (16 empresas) informaram que a publicação de relatórios levando em conta os ODS não estão na prioridade da companhia no momento, em terceira posição, 11,36% (10 empresas) informaram que não publicam Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em consideração os ODS por motivo de custos.

No segundo ano da iniciativa, em 2018, 46,30% (25 empresas) informaram ainda não publicam relatórios levando em conta os ODS, mas pretendem e/ou estão avaliando a possibilidade, 14,81% (8 empresas) informaram que tal medida não está na prioridade de companhia no momento e 7,41% (4 empresas) apenas informaram que não divulgam e/ou possuem ou elaboram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, resposta que não permite aprofundar o conhecimento acerca dos motivos das companhias para a não evidenciação socioambiental. A questão de custos, que figurou em terceira posição no ano anterior, caiu para 5,56% das empresas. No entanto, a participação das empresas que expuseram motivos para não considerar os ODS em seus relatórios caiu de 88 para 54 empresas.

Mesmo considerando as diferenças nas metodologias ao longo dos anos, é possível perceber mudança nos fatores de influência entre os períodos. Nos dois últimos anos, o motivo mais recorrente é de que as empresas ainda não consideram os ODS, mas pretendem ou estão avaliando a possibilidade de considerá-los em sua estratégia empresarial. No entanto, muitas informam que não consideram essa agenda nas prioridades da empresa no momento e que os

custos são fator de influência para a falta de evidenciação socioambiental. Observa-se que a questão de prioridade é citada na teoria tanto por Perron (2005), como uma barreira relacionada a atitude e percepção da organização, quanto por Gray e Bebbington (2001) que menciona a priorização de divulgação de informações de outra natureza como obstáculo à evidenciação socioambiental. Da mesma forma, os custos figuram tanto como barreiras de recurso para Perron (2015), como motivo para a não divulgação apontado por Gray e Bebbington (2001).

Em relação às respostas relacionadas especificamente aos ODS, observa-se que em 2017, 5,68% (5 empresas) não tinham conhecimento dos ODS, percentual que foi reduzido para 1,85% (1 empresa) em 2018. Em 2017, 2,27% (2 empresas) declararam que gostariam de conhecer mais sobre os ODS, já em 2018, 3,70% (2 empresas) informaram que conhecem os ODS, mas não veem valor de incluí-los no relatório. Em ambos os anos, apenas uma das empresas relatou que elabora Relatório de Sustentabilidade, porém ainda não considerando os ODS. E em 2018, duas empresas utilizaram o formulário de forma equivocada ao informar que o seu relatório segue a metodologia GRI, que já correlaciona os ODS. Os motivos apresentados parecem apontar para a falta de informação de algumas empresas não somente em relação à Agenda 2030, como relativa aos impactos diretos e indiretos causado pelas suas atividades no âmbito econômico, social e ambiental.

No estudo de Vasconcelos *et al.* (2016), os resultados apontaram como principais barreiras à publicação de Relatórios de Sustentabilidade entre os anos de 2012 e 2015: os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades. Embora algumas empresas tenham apontado estes motivos em 2017 e 2018, somente os custos para relatar permaneceram entre os motivos mais recorrentes. Ainda, com a mudança da metodologia para “Relate ou Explique para os ODS” foi possível analisar não somente os fatores que influenciam a publicação de Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, mas aqueles que influenciam a consideração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na elaboração e publicação dos mesmos, permitindo analisar o alinhamento das empresas listadas na [B]<sup>3</sup> com a Agenda 2030 e avançando no que diz respeito ao tipo de apresentação e nível de informação evidenciados pelas empresas.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou conhecer o comportamento das empresas perante a iniciativa “Relate ou Explique para os ODS”, bem como os motivos apresentados pelas empresas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou Integrado levando em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, porém participaram da pesquisa nos anos de 2017 e 2018. Por meio da análise de conteúdo das bases de dados divulgadas no *website* da iniciativa pela organizadora [B]<sup>3</sup>, as respostas das empresas foram agrupadas em 16 (dezesesseis) motivos.

Os resultados da pesquisa apontam como principais motivos a intenção ou avaliação da possibilidade de relatar no futuro, a não priorização de relato por parte da companhia e os custos para relatar. Embora em ambos os períodos, a maioria das empresas tenha demonstrado interesse em passar a considerar os ODS em seus Relatório de Sustentabilidade ou Integrados, ao analisar todos os motivos listados e principalmente o baixo percentual de participação na pesquisa e de evidenciação socioambiental, é possível perceber que há muito a melhorar no que diz respeito ao engajamento das empresas listadas na [B]<sup>3</sup> com a Agenda 2030. Em ambos os períodos – 18,18% (16 empresas) em 2017 e 14,81% (8 empresas) em 2018 – o segundo motivo mais recorrente foi a de que a consideração dos ODS na elaboração dos relatórios corporativos não figura nas prioridades da companhia no momento.

No ano de 2017, 5 (cinco) empresas informaram ainda não ter conhecimento sobre os ODS e em 2018, 2 (duas) empresas informaram conhecer os ODS, mas não veem valor de incluí-los em seus relatórios. Assim como apontado por Vasconcelos *et al.* (2016), ainda que toda e qualquer ação humana gere impacto ambiental em maior ou menor grau, algumas

empresas preocupantemente continuam a informar que não há necessidade de divulgação de informação socioambiental, uma vez que consideram que a natureza da atividade da empresa não causa impacto ambiental.

Os motivos apresentados demonstram a necessidade de maior conscientização por parte das empresas em relação à sustentabilidade, muitas empresas parecem não compreender a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável para além da dimensão ambiental. Iniciativas como a “Relate ou Explique para os ODS” e o “Guia para os ODS nas empresas” que visam informar e viabilizar a implementação dessa agenda nas estratégias empresariais se mostram necessárias. Embora o Brasil tenha sido considerado um exemplo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) através da construção de políticas de proteção social e de preservação do meio ambiente (PNUD, 2015), Januzzi e Carlo (2017) apontam que a partir dos relatórios de acompanhamento da Agenda 2030, infere-se baixa priorização dos ODS pelo governo federal. Para a implementação dessa agenda neste contexto é importante que tanto o governo quanto as empresas tenham pleno conhecimento destes objetivos e do seu papel como atores no cenário da sustentabilidade.

Também, foi possível acompanhar por meio de busca ativa, a evolução do número de empresas listadas na [B]<sup>3</sup> que tem publicado Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, em 2016 foram encontrados os relatórios de 32,09% (138 empresas), de acordo com documento divulgado pela [B]<sup>3</sup>. Já no “Relate ou Explique para os ODS” foram encontrados os relatórios de 34,41% (149 empresas) em 2017 e 36,21% (155 empresas) em 2018 por meio de pesquisa realizada em julho de 2019 nos *websites* de Relações com Investidores. Ainda que a busca tenha demonstrado aumento discreto no número de empresas que publicam Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, o fato parece apontar que as empresas têm progressivamente aderido a práticas de evidenciação socioambiental. No entanto, é relevante que futuros estudos abordem não somente a adesão ao *disclosure* socioambiental, mas também a metodologia adotada e a qualidade da informação presente nos Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados.

Considerando uma perspectiva de longo prazo, não é possível a manutenção do sucesso nos negócios em sociedades que fracassam. Logo, investir no alcance da Agenda 2030 e dos ODS é contribuir para a sobrevivência e sucesso futuro dos negócios, em mercados sustentáveis e regulamentados, sistemas financeiros transparentes e uma economia administrada com eficiência (WBCSD, 2015).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, N. J. F.; KASSAI, J. R.; LUCAS, E. C. Evidências de Criação de Valor nos Relatos Integrados das Empresas do Programa Piloto no Brasil. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 155-178, 2017.

B3. **Sustentabilidade**. 2018. Disponível em:

<[http://www.b3.com.br/pt\\_br/b3/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/](http://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. A. L.; DALFOVO, M. S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FELDMANN, F. **Sustentabilidade empresarial para valer**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3941215-EI11351,00-sustentabilidade+empresarial+para+valer.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

GOMES, M.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 3 dez. 2018.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. Accounting for the environmental. 2nd ed. London: **Sage**, 2001.

ITAMARATY. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

JANNUZZI, P. M.; CARLO, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p. 6-27, jan. 2019., EISSN 2595-2064. Disponível em: <<http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/143>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MARCO, C.M.; MEZZARROBA, O. O Direito Humano ao Desenvolvimento Sustentável: Contornos Históricos e Conceituais. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 29, p. 232-349, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1066>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MORAIS, C. M.; ZEVERICOSKI, G. A.; FERRAREZI, J. D. S.; GEHLEN, K. R. H.; REIS, L. G. D. Produção Acadêmica Brasileira no Contexto dos Relatórios de Sustentabilidade: Uma Análise Bibliométrica. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 197-217, 2017.

OLIVEIRA, O. V.; FERREIRA, V. H. F. A. Motivos da não Evidenciação de Relatórios Socioambientais das Companhias Listadas no Novo Mercado da B3. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 12, n. 3, p. 58-76, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Nações Unidas no Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Perron, G. M. (2005). Barriers to environmental performance improvements in Canadian SMEs. London: **Kogan Page Publishers**.

PIETRICOVSKY, Iara. Entrevista sobre os ODS. **G1**: 29/07/2019. Entrevista concedida a Amelia Gonzalez. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2019/07/29/o-sonho-da-construcao-de-um-pais-mais-justo-acabou-diz-iara>>

pietricovsky.ghtml?utm\_source=facebook&utm\_medium=social&utm\_content=post&utm\_campaign=g1>. Acesso em 30 jul. 2019.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/Docs/Agenda2030completo\\_PtBR.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/Agenda2030completo_PtBR.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2019.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília: PNUD, 2015. 250 p.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa: Fatores Determinantes de Divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90-104, 2017.

ROVER, S.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, art. 4, p. 53-72, 2008.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.

TRAVASSOS, S. K. M.; COSTA, J. I. F.; SILVA, W. E.; ARAÚJO, M. L. Uso dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 113-129, 2014.

VASCONCELOS, M. L. D.; MANZI, S. M. S.; PIMENTEL, M. S. Uma Análise das Explicações Apresentadas pelas Empresas Listadas na BM&FBovespa por não Divulgarem o Relatório de Sustentabilidade ou Similar. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 6, n. 3, p. 104-122, 2016.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **SDG compass**. The guide for business action on the SDGs, 2015. Disponível em: <<https://sdgcompass.org/>> Acesso em: 31 jul. 2019.